



Relatório de atividades de promoção da acessibilidade e inclusão.

Art. 5º, inciso XIV, item b – Acessibilidade e Inclusão

Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

Data: 17/07/2023

APRESENTAÇÃO

O presente relatório tem como objetivo apresentar as ações de acessibilidade e inclusão desenvolvidas no âmbito do Poder Judiciário cearense, conforme estabelecido no art. 23, VII da Resolução CNJ N° 401/2021. Este relatório é uma exigência do item "b" do Art. 5º, inciso XIV da Portaria N° 82 de 31/03/2023, que institui o Prêmio CNJ de Qualidade 2023, e tem por finalidade destacar as iniciativas empreendidas durante o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2022, na promoção da acessibilidade e inclusão no órgão.

Para a elaboração deste documento, foram consolidadas informações provenientes de diferentes áreas, tais como Assessoria de Comunicação, Coordenadoria de Educação Corporativa, Secretaria de Tecnologia da Informação (Setin), Secretaria de Administração e Infraestrutura (SEADI) e Seção de Capacitação (Secap) do Fórum Clóvis Beviláqua (FCB), as quais estão diretamente relacionadas a cada uma das ações.

Serão apresentados de forma detalhada os projetos e iniciativas realizados no período abrangido, com ênfase na promoção da acessibilidade e inclusão no âmbito do Poder Judiciário cearense. As informações aqui contidas buscam fornecer uma visão ampla sobre os esforços empreendidos para garantir o pleno acesso e participação de todos os cidadãos no sistema judiciário, especialmente daqueles com necessidades especiais.

Ao longo deste relatório, serão abordados tópicos relevantes, como ações de comunicação acessível, programas de capacitação voltados para a inclusão e acessibilidade, avanços na área de tecnologia da informação visando à acessibilidade digital e medidas de adaptação de infraestrutura física para torná-la mais inclusiva.

Os resultados apresentados neste relatório evidenciam o comprometimento do Poder Judiciário cearense com a garantia dos direitos de todas as pessoas, independentemente de suas limitações físicas, sensoriais ou cognitivas. Além disso, fornecem subsídios para a identificação de desafios e oportunidades, no intuito de aprimorar continuamente as ações de acessibilidade e inclusão dentro do órgão.



AÇÕES REALIZADAS

Liste as ações realizadas pelo tribunal no período indicado nas orientações. Caso o tribunal tenha realizado mais de uma ação, deverá explicitar cada uma.

1. Curso “Soluções de acessibilidade da Microsoft – Nível 100 (Iniciante)”.

OBJETIVO

Esta iniciativa visou ampliar a inclusão e o acesso digital para pessoas com deficiência (PcD) no Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE). A capacitação oferecida capacitou os colaboradores das unidades judiciais e administrativas do TJCE a utilizar os recursos de acessibilidade disponíveis na plataforma Microsoft Teams.

PERÍODO E LOCAL DE REALIZAÇÃO

A capacitação ocorreu no dia 22 de junho de 2023, das 14h às 15h, pela plataforma Microsoft Teams.

AÇÃO REALIZADA

A ação consistiu na oferta do curso "Soluções de acessibilidade da Microsoft - Nível 100 (Iniciante)" para os colaboradores do TJCE. A iniciativa foi promovida pela Coordenadoria de Educação Corporativa da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), com apoio da Secretaria de Tecnologia da Informação (Setin). Ao todo, participaram do curso 39 discentes colaboradores do judiciário cearense.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

O curso abordou os seguintes tópicos relacionados às soluções de acessibilidade da Microsoft:

1. Navegação pelas configurações de acessibilidade da plataforma;
2. Criação de conteúdo acessível;
3. Realização de reuniões e apresentações mais inclusivas.

CARGA HORÁRIA

A carga horária total do curso foi de 1 hora/aula.

NÚMERO DE VAGAS OFERTADAS

Não houve limite de vagas para o curso "Soluções de acessibilidade da Microsoft - Nível 100 (Iniciante)". A participação foi aberta a toda a comunidade interna do tribunal, sem a necessidade de inscrição prévia.

PLANO DE COMUNICAÇÃO

O plano de comunicação envolveu a divulgação do curso por meio de notícia publicada na Intranet do TJCE, contendo informações sobre o período de realização, modalidade (EaD), carga horária, público-alvo e o link de acesso. Além disso, foram utilizados meios de comunicação interna, como o envio de e-mails institucionais, para alcançar mais discentes interessados.

LINK DAS NOTÍCIAS

<https://tjnet/solucoes-de-acessibilidade-da-microsoft-serao-apresentadas-em-curso-na-proxima-quarta-feira-22-06/> (Intranet do TJCE, acesso externo restrito)

Central do Conhecimento Ir para Conteúdo[1] Ir para menu p

Contracheque Ponto Webmail Presidente Responde

Consultas Comunicação Sistemas Serviços FCB Mar

Início Notícias / Recursos para acessibilidade digital serão apresentados em curso nesta quarta-feira (22/06)

Curso
Soluções de
Acessibilidade
da Microsoft

Recursos para acessibilidade digital serão apresentados em curso nesta quarta-feira (22/06)

📅 20-06-2022 👍 👁 187 views 🖨 Imprimir

▶ 🔊 **Ouvir:** Recursos para acessibilidade digital serão apresentados em curso nesta quarta-feira (22/06)

OBSERVAÇÕES

E-mail enviado pela Coordenadoria de Educação Corporativa, aos colaboradores do TJCE.

Curso: “Soluções de acessibilidade da Microsoft – Nível 100, quarta-feira (22/06), de 14 às 15h, pela plataforma Microsoft Teams.

COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA <educacao@tjce.jus.br>
Seg, 20/06/2022 13:59



Quarta-feira (22/06), de 14 às 15h, pela plataforma Microsoft Teams.

[Para acessar clique aqui.](#)

OBS: Não é necessário fazer inscrição prévia.

Prezado(a) senhor(a), boa tarde!

Ampliar a **inclusão** e o **acesso digital para Pessoas com Deficiência (PcD)** é um desafio para as organizações em todo o mundo e um compromisso assumido pelo TJCE, por meio de seu Plano Estratégico e adesão à Agenda 2030 da ONU. A plataforma **Microsoft 365**, utilizada pelo TJCE, oferece diversos recursos de acessibilidade que auxiliam nessa missão, com ferramentas que permitem adequar as comunicações à diversidade dos públicos internos e externos.

No curso “**Soluções de acessibilidade da Microsoft – Nível 100 (Iniciante)**”, **colaboradores(as) das unidades judiciais e administrativas do TJCE** poderão aprender a navegar pelas configurações de acessibilidade da plataforma, a criar conteúdo acessível e fazer reuniões e apresentações mais inclusivas. Será na próxima **quarta-feira (22/06), de 14 às 15h**, pela plataforma Microsoft Teams. [Para acessar clique aqui.](#) Não é necessário fazer inscrição prévia.

O treinamento é promovido pela **Coordenadoria de Educação Corporativa da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP)** com apoio da **Secretaria de Tecnologia da Informação (Setin)** e dá continuidade à série de capacitações sobre a plataforma Microsoft 365, visando apresentar todos os recursos da plataforma para tornar o trabalho mais ágil, seguro e colaborativo. Participe!

Atenciosamente,

Coordenadoria de Educação Corporativa
Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

2. Capacitação em Libras para servidores do TJCE.

OBJETIVO

A capacitação em Libras teve como objetivo treinar os servidores do Tribunal de Justiça do Ceará para o atendimento adequado a pessoas surdas ou com deficiência auditiva, promovendo a inclusão e a acessibilidade no ambiente judiciário.



PERÍODO E LOCAL DE REALIZAÇÃO

O curso ocorreu de setembro de 2022 a abril de 2023, com aulas ministradas de forma online, por meio da plataforma Microsoft Teams.

AÇÃO REALIZADA

A ação teve início com a abertura do workshop "Mitos que envolvem a Libras". A então presidente do TJCE, desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira, conduziu o evento, ressaltando a importância da capacitação para tornar a Justiça estadual mais acessível. A iniciativa contou com o apoio do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), que disponibilizou as facilitadoras Natália dos Santos Almeida e Francisca Aldenisa Peixoto, que contam com vasta experiência docente e como intérprete e tradutoras de Libras.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

O conteúdo programático da capacitação abrangeu diversos tópicos, incluindo conceitos de surdez e surdo, apresentação da legislação brasileira sobre o tema, estudo da alfabetização e sinais básicos da Libras, práticas em Libras no atendimento ao público e em audiências judiciais, entre outros.

CARGA HORÁRIA

A capacitação teve uma carga horária total de 120 horas/aula.

NÚMERO DE VAGAS OFERTADAS

Foram ofertadas quatro turmas de curso, com 20 vagas cada uma. As vagas foram disponibilizadas para servidores e demais colaboradores interessados, visando atender diferentes perfis.

PLANO DE COMUNICAÇÃO

Para divulgar a programação do curso, foi realizada publicação de uma notícia na intranet do Tribunal de Justiça do Ceará. Nessa notícia, foram disponibilizadas informações sobre o curso e as turmas, bem como orientações para os servidores interessados em participar. Os servidores foram instruídos a preencher e enviar o formulário de inscrição por meio do link disponibilizado na publicação.

LINK DAS NOTÍCIAS

<https://tjnet/iniciativa-inedita-do-tjce-capacita-servidores-para-atendimento-a-pessoas-surdas/> (Intranet do TJCE, acesso externo restrito)

<https://tjnet/curso-e-workshop-vaio-capacitar-servidores-do-tjce-para-atendimento-a-pessoas-com-deficiencia-auditiva/> (Intranet do TJCE, acesso externo restrito)

<https://tjnet/formacao-em-libras-tem-inscricoes-prorrogadas-ate-07-09-participe/> (Intranet do TJCE, acesso externo restrito)

OBSERVAÇÕES

Foto tirada durante a capacitação em Libras, mostrando os participantes engajados e dedicados no processo de aprendizado.



3. Curso: Comunicação Acessível, Atendimento ao Público e Programação Neurolinguística.

OBJETIVO

O objetivo do curso foi capacitar os colaboradores do Fórum Clóvis Beviláqua (FCB) em questões relacionadas à comunicação, atendimento inclusivo e programação neurolinguística. Essa iniciativa visou assegurar um atendimento presencial e eletrônico de excelência, efetivo e inclusivo, conforme estabelecido na Portaria nº 435/2021/FCB.

PERÍODO E LOCAL DE REALIZAÇÃO

O curso foi realizado entre os dias 29 de agosto e 02 de setembro de 2022, por meio das plataformas Teams e Portal de Educação a Distância do TJCE.

AÇÃO REALIZADA

A ação consistiu na abertura das inscrições para o curso de Comunicação Acessível, Atendimento ao Público e Programação Neurolinguística, promovido pela Seção de Capacitação (Secap) do Fórum Clóvis Beviláqua (FCB). Os colaboradores do FCB foram incentivados a se inscreverem, visando a capacitação e aperfeiçoamento em assuntos necessários para um atendimento inclusivo e de excelência. Ao todo, o curso capacitou 48 discentes colaboradores do judiciário cearense.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Durante o curso, foram abordadas as seguintes temáticas: identificação das questões que prejudicam a comunicação; fatores que contribuem para a eficácia dos diversos tipos de comunicação; conceitos e métodos relacionados à Programação Neurolinguística aplicada às organizações; transmissão de informações e fortalecimento da relação com o usuário final; e aprimoramento do poder de comunicação. O conteúdo foi ministrado por Hélder César de Sousa Assunção.

CARGA HORÁRIA

O curso teve uma carga horária total de 8 horas.

NÚMERO DE VAGAS OFERTADAS

Foram disponibilizadas um total de 40 vagas para colaboradores do FCB.

PLANO DE COMUNICAÇÃO

Para divulgar a programação do curso, foi realizada publicação de uma notícia na intranet do tribunal. Nessa notícia, foram disponibilizadas informações sobre o curso e quantitativo de vagas, bem como orientações para os servidores interessados em participar. Os servidores foram instruídos a preencher e enviar o formulário de inscrição por meio do link disponibilizado na publicação.

LINK DAS NOTÍCIAS

<https://tjnet/curso-sobre-comunicacao-acessivel-e-atendimento-ao-publico-esta-com-inscricoes-abertas/> (Intranet do TJCE, acesso externo restrito)

OBSERVAÇÕES

Não há observações a serem mencionadas.

4. Palestra: Linguagem Simples e o Direito Visual

OBJETIVO

O objetivo do evento "Linguagem Simples e o Direito Visual" foi tornar a linguagem jurídica mais acessível e compreensível à população em geral, promovendo a inclusão e o entendimento das informações judiciais.

PERÍODO E LOCAL DE REALIZAÇÃO

O evento ocorreu no dia 9 de agosto de 2022, no auditório Floriano Benevides, no Fórum Clóvis Beviláqua, em Fortaleza, Ceará.



AÇÃO REALIZADA

O evento consistiu em palestras ministradas por duas importantes profissionais: a coordenadora do Programa Linguagem Simples Ceará, Isabel Ferreira Lima, e a gestora de Inovação Jurídica, Mariana Zonari. Durante as palestras foram abordadas a relevância da utilização da linguagem simples e a importância de incorporar elementos visuais para facilitar a compreensão das informações jurídicas. Essa abordagem visa tornar o conteúdo jurídico mais acessível e compreensível para todos os cidadãos, promovendo a inclusão e o entendimento da população em relação aos assuntos jurídicos.

O evento contou com certificação para os participantes, os quais foram devidamente identificados por meio do preenchimento de um formulário disponibilizado na entrada do auditório.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

O conteúdo programático das palestras incluiu a explicação sobre o uso excessivo de termos técnicos e jurídicos na comunicação do sistema jurídico, as barreiras que esses termos criam para a compreensão da população e a importância da adoção da Linguagem Simples para democratizar o acesso à informação jurídica.

CARGA HORÁRIA

A palestra teve uma carga horária total de 2 horas.

NÚMERO DE VAGAS OFERTADAS

O evento foi organizado de forma a permitir a participação de todos os interessados, sem imposição de limite no número de vagas. Nesse sentido, foram registrados 45 participantes, incluindo magistrados, servidores e colaboradores do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE).

PLANO DE COMUNICAÇÃO

Para divulgar a ação, foram utilizados diversos canais de comunicação, incluindo o site do tribunal, intranet, comunicados internos, e-mails institucionais, publicações em sites externos ao do tribunal, para alcançar magistrados e servidores interessados.

LINK DAS NOTÍCIAS

<https://www.tjce.jus.br/noticias/presidente-do-tjce-assina-acordo-de-cooperacao-tecnica-interpoderes-direito-visual-e-linguagem-simples-sao-destaque/>

<https://www.tjce.jus.br/noticias/justica-estadual-e-governo-do-estado-articulam-acoes-para-tornar-a-linguagem-juridica-mais-compreensivel/>

<https://tjnet/justica-estadual-incentiva-uso-de-linguagem-acessivel-para-se-aproximar-cada-vez-mais-da-populacao/> (Intranet do TJCE, acesso externo restrito)

<https://tjnet/laboratorio-de-inovacao-do-tjce-convida-magistradas-e-servidoras-para-evento-com-o-tema-linguagem-simples-e-o-direito-visual/> (Intranet do TJCE, acesso externo restrito)

<https://focus.jor.br/tjce-substitui-linguagem-juridica-por-modelo-simplificado-para-facilitar-comunicacao/>

OBSERVAÇÕES

A palestra "Linguagem Simples e o Direito Visual" foi realizada como parte de uma parceria estabelecida entre o Tribunal de Justiça do Ceará e o Governo do Estado, por meio de um Acordo de Cooperação Técnica firmado em abril de 2022. Essa iniciativa teve como objetivo articular ações para apoiar e trocar experiências sobre práticas e projetos inovadores, alinhando-se ao objetivo estratégico do Tribunal de Justiça de se aproximar cada vez mais da sociedade e intensificar a comunicação ativa. Além disso, a ação está em consonância com o Plano Estratégico 2030 do Poder Judiciário cearense, que busca promover melhorias no acesso à justiça e na compreensão das informações jurídicas pela população.

Registro do encerramento da palestra "Linguagem Simples e o Direito Visual", com todos os participantes reunidos



A seguir, card do convite enviado pela Coordenadoria de Educação Corporativa do TJCE, por e-mail institucional.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

GOVERNO DO ESTADO CEARÁ

Palestra de Sensibilização em Linguagem Simples e Direito Visual

09 de agosto | 10h às 12h

Local: **Auditório Floriano Benevides**, no Fórum Clóvis Beviláqua

Palestrantes

Isabel Ferreira Lima
coordenadora do Programa Linguagem Simples Ceará do ÍRIS

Mariana Zonari
gestora de Inovação Jurídica do ÍRIS

5. Palestra "Inclusão Social: Direito e Justiça"

OBJETIVO

O objetivo da palestra "Inclusão Social: Direito e Justiça" foi promover o conhecimento e a reflexão sobre o tema da inclusão social, relacionando-o ao direito e à justiça. A palestra teve como finalidade conscientizar os participantes sobre a importância da inclusão na sociedade e no sistema jurídico, abordando questões legais e práticas relacionadas ao tema.

PERÍODO E LOCAL DE REALIZAÇÃO

Foi realizada no dia 26 de julho de 2022, das 16h às 17h40.

AÇÃO REALIZADA

A Seção de Capacitação (Secap) do Fórum Clóvis Beviláqua organizou e promoveu a palestra "Inclusão Social: Direito e Justiça". Para a realização do evento, foram adotados procedimentos como o agendamento da palestra, a definição e convite do palestrante, a divulgação do evento e o fornecimento do link de acesso aos participantes.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A palestra abordou conceitos e fundamentos da inclusão social, legislação e direitos relacionados, o papel do sistema jurídico na promoção da inclusão, estudos de casos e exemplos práticos, e os desafios e perspectivas futuras para a inclusão social. O objetivo foi fornecer aos participantes uma visão abrangente sobre a importância da inclusão na sociedade e no âmbito jurídico, estimulando reflexões e ações em prol de uma sociedade mais inclusiva e justa.

CARGA HORÁRIA

A palestra teve uma carga horária total de 2 horas.

NÚMERO DE VAGAS OFERTADAS

O evento foi organizado de forma a permitir a participação de todos os interessados, sem imposição de limite no número de vagas. Foram registrados 31 participantes, incluindo magistrados, servidores e colaboradores do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE).

PLANO DE COMUNICAÇÃO

A divulgação do evento foi realizada por meio de convite através de notícia publicada na Intranet do tribunal, contendo informações sobre a data de



realização, proposta do evento e modalidade. A transmissão do evento também foi disponibilizada virtualmente via Microsoft Teams, com o link de acesso disponibilizado na plataforma TJNET.

LINK DAS NOTÍCIAS

<https://tjnet/palestra-sobre-inclusao-social-direito-e-justica-sera-realizada-dia-26/> (Intranet do TJCE, acesso externo restrito)

OBSERVAÇÕES

Não há observações a serem mencionadas.

6. IV Encontro Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência

OBJETIVO

Com o apoio da Escola da Magistratura do Tribunal de Justiça do Ceará (Esmec) e do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), o IV Encontro Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência teve como objetivo principal promover uma reflexão em conjunto sobre os direitos dessa população no contexto das relações privadas. Além disso, o evento buscou analisar as mudanças introduzidas pela Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência no sistema legal, em especial no campo do Direito Civil.

PERÍODO E LOCAL DE REALIZAÇÃO

O encontro ocorreu nos dias 5 e 6 de maio de 2022 e foi sediado na Universidade de Fortaleza (Unifor), em Fortaleza, Ceará.

AÇÃO REALIZADA

Especialistas do Brasil e do exterior participaram de palestras, debates e painéis de discussão relacionados aos direitos da pessoa com deficiência. Os pesquisadores presentes compartilharam suas experiências e conhecimentos, abordando questões jurídicas e sociais relevantes. Além disso, houve o lançamento do livro intitulado "Capacidade Jurídica, deficiência e Direito Civil na América Latina", que contou com a participação da professora Joyceane Bezerra de Menezes como uma das organizadoras.

PLANO DE COMUNICAÇÃO

Para divulgar a programação do evento, foram utilizados diversos canais de comunicação, incluindo o site interno do tribunal, o TJNET. Também foi noticiado por sites externos ao do tribunal e redes sociais.

LINK DAS NOTÍCIAS

<https://tjnet/encontro-abordara-os-direitos-da-pessoa-com-deficiencia-no-ambito-das-relacoes-privadas/> (Intranet do TJCE, acesso externo restrito)

<https://g1.globo.com/ce/ceara/especial-publicitario/unifor/ensinando-e-aprendendo/noticia/2022/04/22/direitos-das-pessoas-com-deficiencia-serao-debatidos-em-evento-internacional-sediado-na-unifor.ghtml>

<https://unifor.br/web/pos-graduacao/-/direitos-das-pessoas-com-deficiencia-serao-debatidos-em-evento-internacional-sediado-na-unifor>

OBSERVAÇÕES

O evento foi promovido pela Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito da Universidade de Fortaleza (PPGD/Unifor) e Grupo de Estudo e Pesquisa: Direito Civil na Legalidade Constitucional, em parceria com o Centro de



Ciências Jurídicas da Unifor, Escola da Magistratura do Tribunal de Justiça do Ceará (Esmec) e Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE).

7. Plano Estratégico 2030 do TJCE: Atendimento acessível e acolhedor

OBJETIVO

O Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) lançou um vídeo como parte da Série Plano Estratégico 2030, abordando o objetivo estratégico de "Garantir o atendimento acessível, acolhedor e resolutivo". O vídeo destacou as ações em andamento para aprimorar a forma como o Judiciário cearense atendeu aos cidadãos, promovendo um ambiente inclusivo e acolhedor.

PERÍODO E LOCAL DE REALIZAÇÃO

Em 29 de julho de 2022, no portal interno, externo e canal do YouTube do TJCE,

PRINCIPAIS PONTOS DO VÍDEO

O vídeo apresentou depoimentos da então diretora do Fórum Clóvis Beviláqua, juíza Ana Cristina Esmeraldo, e do diretor Estadual de Atendimento do TJCE, Nelson Ricardo de Moraes Nogueira, detalhando as principais entregas e ações estratégicas relacionadas ao atendimento de qualidade.

- 1. Melhorias físicas e infraestrutura: A juíza Ana Cristina Esmeraldo destacou as iniciativas implementadas no Fórum Clóvis Beviláqua, como o sistema "Localize-se" para facilitar a localização das unidades. Além disso, foram oferecidos carrinhos de bebê, sala de amamentação com fraldário e produtos de higiene para famílias, absorventes higiênicos para as mulheres e salas equipadas para atender vulneráveis digitais. Também foram mencionadas salas específicas para acolher vítimas, testemunhas e realizar o depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de crimes.*
- 2. Humanização e inclusão: Nelson Ricardo de Moraes Nogueira abordou a importância da humanização no atendimento, ressaltando a necessidade de qualificação e adoção de um modelo inclusivo. Ele mencionou algumas iniciativas tecnológicas que visavam aprimorar os serviços, como o Balcão Virtual e a plataforma Omnichannel, que integraria os diversos canais de atendimento. Destacou também a implantação da Central de Atendimento Judicial voltada ao público feminino, conhecida como CAJ Mulher.*

SÉRIE PLANO ESTRATÉGICO 2030

A Série Plano Estratégico 2030 foi uma parceria entre a Secretaria de Planejamento e Gestão e a Assessoria de Comunicação Social do TJCE.

Composta por seis vídeos, a série foi publicada mensalmente de abril a setembro de 2022, abordando diferentes objetivos estratégicos do tribunal.

CONCLUSÃO

O vídeo da Série Plano Estratégico 2030 do TJCE destacou o compromisso do tribunal em garantir um atendimento acessível, acolhedor e resolutivo aos cidadãos. Por meio de melhorias físicas, infraestrutura adequada, humanização e adoção de tecnologias inovadoras, o Judiciário cearense buscou atender às necessidades dos usuários, proporcionando um ambiente inclusivo e de qualidade. Essas iniciativas demonstraram o comprometimento do TJCE em alcançar suas metas estratégicas e aprimorar a prestação de serviços jurídicos à comunidade.

LINK DAS NOTÍCIAS

<https://tjnet/atendimento-acessivel-e-acolhedor-e-tema-do-novo-video-da-serie-plano-estrategico-2030-do-tjce/> (Intranet do TJCE, acesso externo restrito)

<https://www.tjce.jus.br/noticias/atendimento-acessivel-e-acolhedor-e-tema-do-novo-video-da-serie-plano-estrategico-2030-do-tjce/>

https://www.youtube.com/watch?v=pWlclLtr9Hg&ab_channel=TJCEOficial

OBSERVAÇÕES

O Plano Estratégico 2030 do Tribunal de Justiça do Ceará é um conjunto de diretrizes e metas estabelecidas para orientar as ações e projetos da instituição ao longo dos próximos anos. Ele busca aprimorar os serviços judiciais, garantindo celeridade, segurança e eficácia no atendimento ao cidadão.

8. Convênio: TJCE e Sociedade de Assistência aos Cegos (SAC)

INTRODUÇÃO

O principal objetivo do convênio assinado entre o Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) e a Sociedade de Assistência aos Cegos (SAC) para a execução do projeto "Justiça de Olhos Abertos" é promover a inclusão e a acessibilidade de estudantes cegos ou com baixa visão ao Poder Judiciário estadual. Além disso, o projeto está alinhado com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16 da Agenda 2030 da ONU, que busca promover o acesso à justiça para todos.

PERÍODO E LOCAL DE REALIZAÇÃO

A assinatura do convênio ocorreu no dia 29 de novembro de 2022, no Fórum Clóvis Beviláqua em Fortaleza, Ceará.



ASSINATURA DO CONVÊNIO

A então presidente do TJCE, desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira, e a presidente da SAC, Maria Lizélia Sá Almeida Soares, assinaram o convênio para a execução do projeto "Justiça de Olhos Abertos". A iniciativa, idealizada pela Assessoria de Comunicação do TJCE, é pioneira no âmbito dos Tribunais de Justiça do país e visa promover efetivamente a acessibilidade e a inclusão de pessoas cegas ou com baixa visão.

ACÇÕES PLANEJADAS

O TJCE assumiu algumas atribuições para alcançar os objetivos do projeto. Entre elas estão:

1. Realização de palestras sobre Direito para os estudantes.
2. Visitas guiadas ao Fórum Clóvis Beviláqua, com disponibilização de transporte.
3. Custeio da produção de 330 cartilhas em Braille, que foram lançadas no dia 13 de dezembro de 2022.
4. Capacitações sobre temáticas inclusivas para magistrados e servidores do Judiciário, promovidas pela SAC.

PARTICIPANTES DA SOLENIDADE DE ASSINATURA DO CONVÊNIO

O evento contou com a presença das presidentes do TJCE e da SAC, além de outras autoridades importantes, como a juíza auxiliar da Presidência do TJCE, o chefe da Assessoria de Comunicação do Poder Judiciário estadual, a vice-presidente da SAC, a diretora administrativa da SAC, o coordenador de projetos culturais e a gestora administrativa da Escola Instituto Hélio Goes.

IMPACTO E RELEVÂNCIA

O convênio assinado entre o TJCE e a SAC para a execução do projeto "Justiça de Olhos Abertos", além de demonstrar o compromisso do TJCE em cumprir os objetivos de desenvolvimento sustentável estabelecidos pela ONU, é um marco importante na promoção da acessibilidade e inclusão de pessoas cegas e com baixa visão no Poder Judiciário estadual. Espera-se que esse projeto pioneiro inspire outras instituições a contribuírem para a inclusão dos cidadãos com deficiência visual e garantam seus direitos, permitindo sua plena integração na sociedade.

LINK DAS NOTÍCIAS

<https://www.tjce.jus.br/noticias/tjce-e-sociedade-de-assistencia-aos-cegos-assinam-convenio-para-o-projeto-justica-de-olhos-abertos/>

OBSERVAÇÕES

Registro com a presença dos membros representantes de ambas as instituições. Nas fotos, é possível ver os membros do TJCE, liderados pela desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira, a então presidente do Tribunal, juntamente com a equipe da SAC, liderada por Maria Lizélia Sá e Almeida Soares, presidente da Sociedade.



9. Projeto: "Justiça de Olhos Abertos".

INTRODUÇÃO

Projeto inédito desenvolvido pelo Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), intitulado "Justiça de Olhos Abertos", que tem como objetivo promover a acessibilidade e a inclusão de estudantes cegos e com baixa visão no Judiciário cearense. O projeto envolve a produção e distribuição de cartilhas em Braille, além de oferecer oportunidades de aprendizado e interação com



o sistema judicial. O relatório descreve as principais informações sobre o projeto, seus benefícios, impacto na sociedade e a cerimônia realizada em 13 de dezembro de 2022, que marcou o primeiro evento do projeto após a assinatura do convênio entre o TJCE e a Sociedade de Assistência aos Cegos.

PERÍODO E LOCAL DE REALIZAÇÃO

A cerimônia ocorreu no dia 13 de dezembro de 2022, na sede da Sociedade de Assistência aos Cegos (SAC) em Fortaleza, Ceará.

CERIMÔNIA

Em cerimônia ocorrida no dia 13 de dezembro de 2022, na quadra do instituto Hélio Góis, da Sociedade de Assistência aos Cegos. O TJCE distribuiu 200 cartilhas em Braille, das 330 confeccionadas e custeadas pelo tribunal, beneficiando estudantes cegos vinculados à SAC. As cartilhas trazem informações relevantes sobre o papel, as funções e o trabalho realizado pelo Judiciário estadual.

Com a entrega do material, a cerimônia destacou o discurso sobre a promoção da inclusão e acessibilidade de estudantes cegos e com baixa visão no sistema judicial. Objetivando despertar o interesse e a vocação desses estudantes para carreiras no campo jurídico, estabelecendo uma maior proximidade entre o Judiciário e a população, especialmente aquela com deficiência visual. Além disso, buscou-se proporcionar auxílio no desenvolvimento pessoal e profissional dos estudantes beneficiados.

BENEFICIÁRIOS

O projeto beneficiou um total de 197 estudantes cegos, incluindo 24 do Infantil ao Fundamental I e II, 123 alunos cegos reabilitados e 32 com baixa visão do Infantil ao Fundamental I e II.

OUTRAS AÇÕES

Além da distribuição das cartilhas, o TJCE planeja viabilizar duas visitas ao Fórum Clóvis Beviláqua no ano de 2023. A primeira consistirá em palestras sobre a estrutura e o funcionamento do Poder Judiciário, enquanto a segunda será uma visita guiada para que os estudantes possam participar de uma sessão de julgamento do júri e do Pleno do Tribunal, além de esclarecer suas dúvidas.

CAPACITAÇÕES E COLABORAÇÃO

Em parceria com o TJCE, a Sociedade de Assistência aos Cegos realizará capacitações sobre inclusão e acessibilidade para novos servidores e magistrados que ingressarem no Judiciário através de concursos. Essas palestras serão oferecidas no mínimo duas vezes por ano.

LINK DAS NOTÍCIAS

<https://www.tjce.jus.br/noticias/projeto-inedito-do-tjce-promove-acessibilidade-e-inclusao-de-estudantes-cegos-na-justica-estadual/>

<https://www.instagram.com/reel/CmH4lCUD7-I/?igshid=MzRIODBiNWFIZA==>

<https://www.cnj.jus.br/projeto-inedito-promove-inclusao-de-estudantes-cegos-na-justica-estadual-cearense/>

OBSERVAÇÕES

A seguir, alguns registros da cerimônia de abertura do projeto. Na presença dos estudantes cegos e com baixa visão, autoridades e representantes do TJCE e da Sociedade de Assistência aos Cegos, as cartilhas em Braille foram entregues, fortalecendo a acessibilidade e a inclusão no Judiciário estadual.





10. Intérpretes de Libras

INTRODUÇÃO

Nesta iniciativa destaca-se a contratação de quatro tradutores e intérpretes de Libras pelo Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE). O objetivo dessa contratação é assegurar a acessibilidade das informações produzidas pelo Poder Judiciário cearense, especialmente para pessoas com deficiência auditiva. Esses profissionais desempenharão um papel fundamental ao fornecer tradução e interpretação em Libras durante sessões do tribunal, eventos e atividades transmitidos por aplicativos oficiais do TJCE, garantindo assim uma comunicação mais inclusiva.

PERÍODO E LOCAL DE REALIZAÇÃO

A oficialização dos profissionais foi feita no dia 20 de outubro de 2022, no Fórum Clóvis Beviláqua, em Fortaleza, Ceará.

APRESENTAÇÃO DOS INTÉRPRETES

Os quatro intérpretes foram apresentados durante uma sessão do Órgão Especial do TJCE, conduzida pela então chefe do Judiciário cearense, desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira, e serão responsáveis por atuar nas sessões do Tribunal Pleno, Órgão Especial, Câmaras e Seções de Direito Público, Privado e Criminais, além de eventos e atividades transmitidos por meio de aplicativos oficiais do TJCE, como YouTube e Instagram.

IMPORTÂNCIA DA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Os intérpretes de Libras no Judiciário cearense desempenharão um papel crucial ao proporcionar uma comunicação mais inclusiva, permitindo que as



peças com deficiência auditiva acompanhem as ações e compreendam as informações relacionadas à Justiça estadual.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A contratação dos intérpretes de Libras pelo TJCE está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). Os ODS têm como objetivo promover políticas públicas e hábitos cotidianos socialmente responsáveis, ambientalmente corretos e economicamente viáveis. A contratação desses intérpretes contribui para a inclusão social e a promoção da igualdade, reforçando o compromisso do TJCE com os princípios estabelecidos pelos ODS.

CONCLUSÃO

A contratação dos quatro tradutores e intérpretes de Libras pelo tribunal, é um passo importante para garantir a acessibilidade das informações produzidas pelo Poder Judiciário cearense às pessoas com deficiência auditiva. Somados à equipe já existente para apoio a pessoas com algum tipo de deficiência auditiva, os novos profissionais vão contribuir para que a Justiça seja mais acessível a todos, independentemente de sua condição física. Esses profissionais desempenharão um papel fundamental ao fornecer tradução e interpretação simultânea em Libras durante sessões do tribunal, eventos e atividades transmitidos por aplicativos oficiais do TJCE. Essa iniciativa está em conformidade com os princípios de inclusão e igualdade, contribuindo para a promoção de uma sociedade mais acessível e inclusiva.

LINK DAS NOTÍCIAS

<https://www.tjce.jus.br/noticias/tjce-contrata-inteprtes-de-libras-para-garantir-acesso-a-informacao-a-pessoas-com-deficiencia-auditiva/>

https://www.youtube.com/watch?v=R4NgMgmn7FY&ab_channel=TJCEOficial

https://www.youtube.com/watch?v=w4YL8ZCaDDI&ab_channel=TJCEOficial

OBSERVAÇÕES

Registro do desempenho de intérprete de Libras que forneceu interpretação simultânea de todos os discursos e informações apresentadas durante uma audiência do Órgão Especial, no dia 1º de dezembro de 2022.



11. Site do TJCE: Recursos de Acessibilidade

INTRODUÇÃO

O relato desta iniciativa tem como objetivo apresentar os recursos disponibilizados pelo Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) visando ampliar a acessibilidade ao conteúdo disponibilizado no site do Poder Judiciário cearense. O TJCE busca democratizar o acesso às informações, especialmente para pessoas com deficiência (PCD), por meio de ferramentas e tecnologias que facilitem a navegação e melhorem a qualidade de vida dos usuários. Cabe ressaltar que em 2022 foram implementadas as "Opções de Acessibilidade" no portal do TJCE, e foi disponibilizada uma página dedicada a informar sobre os recursos de acessibilidade oferecidos.

PERÍODO E LOCAL DE REALIZAÇÃO

Agosto de 2022, no site do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no endereço eletrônico <https://www.tjce.jus.br/>.

LEITURA FACILITADA

O Portal do TJCE oferece o aplicativo "Ouvir texto da notícia", localizado no início do site, que permite reproduzir em voz alta o conteúdo da matéria para facilitar o acesso aos usuários com dificuldades de leitura.

OPÇÕES DE ACESSIBILIDADE

Desde o ano de 2022, o portal disponibiliza recursos de acessibilidade acessíveis pressionando simultaneamente as teclas "Alt + 0(zero)" ou clicando em Acessibilidade, no ícone correspondente no canto superior esquerdo da página. Esses recursos incluem:

1. *Ir para o conteúdo:* redireciona o usuário diretamente ao conteúdo principal da página em visita.
2. *Ir para o menu principal:* direciona o usuário para a área do menu principal, onde estão localizados os links para os conteúdos gerais do portal.
3. *Ir para a busca:* ativa o foco do teclado do computador ou dispositivo móvel em um campo de texto onde o usuário pode inserir palavras-chave e pesquisar o conteúdo desejado.
4. *Ativar modo de alto contraste:* altera o padrão de cores do site, aumentando o contraste para auxiliar na leitura do conteúdo.

Algumas páginas do portal possuem recursos adicionais que facilitam a navegação, oferecendo opções de navegação que levam o usuário diretamente ao conteúdo relevante, quando aplicável.

O Portal do TJCE está preparado para se adaptar a diferentes necessidades de leitura e navegação. Os elementos das páginas são reorganizados de acordo com o tamanho da tela do usuário. Os seguintes comandos de teclado podem ser utilizados:

1. *Ampliar:* pressionar simultaneamente as teclas "Ctrl +" (Windows e Linux) ou "Cmd +" (MacOS).
2. *Diminuir:* pressionar simultaneamente as teclas "Ctrl -" (Windows e Linux) ou "Cmd -" (MacOS).
3. *Tamanho original:* pressionar simultaneamente as teclas "Ctrl 0(zero)" (Windows e Linux) ou "Cmd 0(zero)" (MacOS).

Nos dispositivos móveis, como smartphones e tablets, o conteúdo do site é reorganizado para se adequar à tela do usuário.

ACESSIBILIDADE EM LIBRAS

O Portal do TJCE disponibiliza recursos de acessibilidade em Língua Brasileira de Sinais (Libras), o VLibras. Ao encontrar o ícone correspondente, o usuário pode clicar sobre ele para exibir um personagem que realizará a tradução do texto para Libras.

CONCLUSÃO

O Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) demonstra um compromisso com a acessibilidade ao disponibilizar recursos e tecnologias que facilitam o acesso ao conteúdo do Poder Judiciário cearense. Os recursos incluem leitura facilitada, opções de acessibilidade, navegação simplificada, ampliação e adaptação do conteúdo, recursos em Libras e intérpretes de Libras em eventos importantes. Cabe ressaltar que em 2022 foram implementadas as "Opções de Acessibilidade" no portal, e foi disponibilizada uma página dedicada a informar sobre os recursos de acessibilidade oferecidos. Essas medidas visam promover a inclusão e proporcionar uma melhor experiência aos usuários com deficiência, garantindo o acesso igualitário à justiça e aos serviços oferecidos pelo tribunal.

LINK DAS NOTÍCIAS

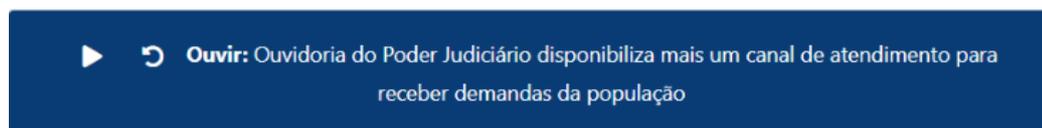
<https://www.tjce.jus.br/acessibilidade-no-tjce/#nav-default>

OBSERVAÇÕES

A seguir estão alguns recortes do site do TJCE que demonstram alguns dos recursos de acessibilidade disponíveis.



Recurso que possibilita ouvir todo o texto da notícia.



12. INDICADORES DE ACESSIBILIDADE NAS EDIFICAÇÕES DO TJCE

INTRODUÇÃO

Este relatório apresenta os indicadores de acessibilidade nas edificações do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE) com base no ano de 2022. São fornecidos dados sobre o número total de edificações do TJCE que atendem aos requisitos mínimos de acessibilidade, bem como informações sobre as reformas realizadas durante o ano para melhorar a acessibilidade das instalações.

PERÍODO DE REFERÊNCIA

Ano de 2022.

MEDIDAS ADOTADAS:

Durante as reformas concluídas em 2022, foram implementadas diversas medidas com o intuito de melhorar a acessibilidade nas edificações do TJCE. As principais medidas adotadas foram:

1. Criação de elementos de acesso: Foram criados elementos para garantir o acesso do público ao interior do Fórum, incluindo pisos rampados, rampas com guia de balizamento, guarda-corpos e corrimãos.

2. *Instalação de Sinalização Podotátil: Foi realizada a instalação de Sinalização Podotátil até a recepção, proporcionando maior orientação e segurança para pessoas com deficiência visual.*
3. *Banheiros acessíveis: Foram implantados 5 banheiros acessíveis nos Fóruns inaugurados em 2022, garantindo a disponibilidade de instalações adequadas para pessoas com mobilidade reduzida.*
4. *Adaptação de bancadas de atendimento: A altura de 5 bancadas de atendimento foi adaptada para melhor atender às necessidades de todos os usuários, incluindo pessoas com deficiência.*
5. *Espaço para pessoas com deficiência no Salão do Júri: Foi disponibilizado um espaço destinado a pessoas com deficiência no Salão do Júri, garantindo sua participação e acesso igualitário.*

INDICADORES DE ACESSIBILIDADE

Para medir o progresso e o impacto das reformas, foram analisados os indicadores de acessibilidade nas edificações do TJCE. Os indicadores referem-se ao total de prédios com requisitos mínimos de acessibilidade até o fim de 2021 e ao total de projetos entregues durante 2022. Abaixo estão os resultados obtidos:

| INDICADORES DE ACESSIBILIDADE NAS EDIFICAÇÕES DO TJCE - ANO BASE 2022 | | |
|--|--------|---------------------|
| DESCRIÇÃO | QUANT. | ÍNDICE ¹ |
| TOTAL DE PRÉDIOS COM REQUISITOS MÍNIMOS DE ACESSIBILIDADE ATÉ O FIM DE 2021 | 60 | 25,53% |
| TOTAL DE PROJETOS ENTREGUES DURANTE 2022 | | |
| Fórum Desembargador Agenor Monte Studart Gurgel | 5 | 2,13% |
| Comarca de Morada Nova | | |
| Fórum Desembargador Jaime Alencar Araripe | | |
| Comarca de Aurora | | |
| Fórum Desembargador José Ferreira de Assis | | |
| Fórum Desembargador Fábio Augusto Moreira de Aguiar | | |
| Comarca de Tauá | | |
| Fórum Desembargador Raimundo Catunda | | |
| Comarca de Pacatuba | | |
| TOTAL DE PRÉDIOS COM REQUISITOS MÍNIMOS DE ACESSIBILIDADE ATÉ O FIM DE 2022 | 65 | 27,66% |

¹ ÍNDICE: relação do total de edificações com aqueles que atendem a normas de acessibilidade

CONCLUSÃO

Com base nos indicadores apresentados, é possível observar que houve um aumento no número de prédios que atendem aos requisitos mínimos de acessibilidade após as reformas concluídas em 2022. O total de prédios com requisitos mínimos de acessibilidade até o fim de 2022 foi de 65, representando um índice de 27,66%. Esses resultados refletem o compromisso do TJCE em promover a inclusão e garantir a acessibilidade a todos os usuários dos prédios do tribunal. As medidas adotadas, como a criação de elementos de acesso, instalação de sinalização podotátil, banheiros acessíveis, adaptação de bancadas de atendimento e disponibilização de espaço para pessoas com deficiência no Salão do Júri, contribuíram significativamente para melhorar a acessibilidade nas edificações do TJCE. O tribunal continua empenhado em implementar ações e projetos futuros que promovam ainda mais a inclusão e a acessibilidade em suas instalações.

LINK DAS NOTÍCIAS

<https://www.tjce.jus.br/noticias/forum-de-pacatuba-sera-entregue-a-populacao-nesta-quinta-feira-com-modernas-instalacoes/>

<https://www.tjce.jus.br/noticias/comarca-de-ibiapina-ganha-forum-reformado-para-melhor-atender-a-populacao/>

<https://www.tjce.jus.br/noticias/inauguracao-do-forum-de-aurora-simboliza-um-marco-de-renovacao-da-justica-no-interior/>

OBSERVAÇÕES

O TJCE continua empenhado em realizar entregas de reformas nos fóruns, com foco na garantia de acessibilidade, durante o ano de 2023.